

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	23
Capítulo 1	
<b>Direitos humanos e sociais – evolução histórica</b> .....	29
1.1. A evolução dos direitos humanos .....	29
1.2. Direitos humanos e fundamentais .....	35
1.3. Os direitos sociais como reflexo do Estado de desenvolvimento e bem-estar social .....	38
1.4. Do princípio da vedação de retrocesso social .....	42
1.5. Brasil no panorama do desenvolvimento .....	50
Capítulo 2	
<b>Direitos fundamentais e interpretação</b> .....	55
2.1. A constitucionalização do direito: reflexos na interpretação das normas infraconstitucionais .....	55
2.2. Interpretação de legitimação .....	60
2.3. Uma nova concepção de hermenêutica .....	61
2.4. As teorias de direitos fundamentais e da sua relevância interpretativa .....	66
2.5.1. A teoria liberal dos direitos fundamentais .....	68
2.5.2. A teoria institucional dos direitos fundamentais .....	69
2.5.3. A teoria dos valores .....	70
Capítulo 3	
<b>Os direitos sociais</b> .....	75
3.1. Normas de direitos de segunda dimensão .....	75
3.2. A norma de “direito social” .....	77
3.3. Os direitos fundamentais sociais na Constituição Federal de 1988 .....	84
3.4. Direitos sociais como direitos a prestações e direitos de defesa .....	87
3.5. Fundamentalidade dos direitos sociais com relação aos direitos de primeira geração .....	92
3.5.1. Da força normativa do Preâmbulo .....	97
3.6. Alcance do art. 60, § 4º, IV da Constituição Federal aos direitos sociais .....	99
Capítulo 4	
<b>Norma jurídica</b> .....	105
4.1. Considerações iniciais .....	105

4.2. Imputação e causalidade .....	106
4.3. Norma, proposição jurídica e enunciado .....	108
4.4. A função da linguagem e a norma jurídica .....	111
4.5. Estrutura lógica da norma jurídica .....	114
4.6. As sanções .....	123
4.7. Norma, fato e valor – a estrutura tridimensional da norma jurídica de Miguel Reale .....	125

## Capítulo 5

<b>Relação jurídica</b> .....	129
5.1. Momento histórico de surgimento do conceito .....	129
5.2. Norma jurídica, fato jurídico e relação jurídica .....	130
5.3. Conceito .....	133
5.4. Elementos da relação jurídica .....	134

## Capítulo 6

<b>O direito subjetivo</b> .....	145
6.1. Direito em sentido objetivo e direito em sentido subjetivo .....	145
6.2. Panorama histórico .....	147
6.3. As teorias sobre o direito subjetivo .....	150
6.3.1. Teoria da vontade .....	150
6.3.2. Teoria do interesse .....	152
6.3.3. Teoria da garantia .....	154
6.3.4. Teorias ecléticas .....	155
6.3.5. As concepções de Kelsen e de Duguit .....	156
6.4. Da operacionalidade do conceito do direito subjetivo .....	160
6.5. Situação jurídica .....	163
6.6. O conceito de direito subjetivo .....	166
6.7. Elementos básicos da estrutura do direito subjetivo .....	179
6.8. Direito subjetivo e dever jurídico .....	180
6.9. Direitos subjetivos públicos .....	184

## Capítulo 7

<b>Direito subjetivo e interesses</b> .....	187
7.1. O que é interesse .....	187
7.2. Interesses e direito subjetivo .....	192
7.3. Os interesses legítimos .....	194
7.4. Os direitos subjetivos e os “interesses” transindividuais .....	200
7.4.1. Evolução .....	200
7.4.2. Dictomia – interesse legítimo x direito subjetivo .....	202

7.4.3. Do individualismo aos corpos intermediários .....	203
7.4.4. Posições de vantagem em relação a interesses transindividuais: direitos? .....	206
7.4.5. Direitos transindividuais: caracterização .....	213
7.4.6. Direitos transindividuais e processo .....	215
 Capítulo 8	
<b>Eficácia das normas jurídicas</b> .....	219
8.1. Delimitação do tema .....	219
8.2. Obstáculos à efetividade e ao reconhecimento da eficácia .....	226
8.3. Da aplicação imediata das normas de direitos sociais. A questão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal .....	229
 Capítulo 9	
<b>Normas programáticas</b> .....	241
9.1. Juridicidade de todas as normas constitucionais .....	241
9.2. Origem das normas programáticas de direito social .....	246
9.3. Classificações das normas constitucionais .....	249
9.3.1. Classificação de Luís Roberto Barroso .....	249
9.3.2. Classificação de Celso Antônio Bandeira de Mello .....	256
9.3.3. Classificação de J. J. Gomes Canotilho .....	258
9.3.4. Classificação de Eros Roberto Grau .....	261
9.3.5. A doutrina americana: normas auto-executáveis e não-auto-executáveis .....	263
9.3.6. O pensamento de Vezio Crisafulli .....	264
9.3.7. A doutrina de José Afonso da Silva .....	269
9.3.8. O entendimento de Paulo Bonavides .....	276
9.3.9. Classificação de Maria Helena Diniz .....	277
9.3.10. O entendimento de Jorge Miranda .....	279
9.3.11. As lições de Ingo Wolfgang Sarlet .....	280
9.3.12. A Classificação de Paulo Roberto Lyrio Pimenta .....	281
9.3.13. O entendimento de Regina Maria Macedo Nery Ferrary .....	282
9.3.14. A classificação de José Carlos Vasconcelos dos Reis .....	284
9.3.15. O entendimento de Dirley da Cunha Júnior .....	285
9.4. Posição pessoal .....	286
9.4.1. Da juridicidade .....	287
9.4.2. Da característica fundamental .....	288
9.4.3. Classificação .....	291
9.4.4. Conclusão .....	300

## Capítulo 10

<b>Natureza das normas programáticas de direitos sociais</b> .....	303
10.1. Da normatividade dos princípios .....	303
10.1.1. Considerações preliminares .....	303
10.1.2. Da normatividade dos princípios .....	308
10.2. Regras e princípios – notícia sobre as distinções que a doutrina faz .....	310
10.3. A ponderação de valores .....	319
10.4. Conceito de princípios .....	329
10.5. As normas programáticas de direitos sociais do art. 6º da CF/88 e o seu caráter principiológico .....	331

## Capítulo 11

<b>Dimensão objetiva e efeito irradiante dos direitos fundamentais</b> .....	337
11.1. Considerações preliminares .....	337
11.2. Dimensão objetiva – delimitação conceitual .....	341
11.3. Consequências da dimensão objetiva .....	342
11.4. Importância da dimensão objetiva no que diz respeito às normas programáticas de direitos sociais do art. 6º da CF/88 .....	347
11.5. A dimensão objetiva e a ponderação .....	354
11.6. A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais .....	356
11.6.1. Teorias sobre o tipo de eficácia .....	358
11.6.1.1. Negação da eficácia .....	359
11.6.1.2. Eficácia indireta e mediata .....	360
11.6.1.3. Eficácia direta e imediata .....	361
11.6.1.4. Outras teorias .....	362
11.6.2. Posição pessoal .....	363
11.6.3. Normas programáticas de direitos sociais e vinculação dos particulares .....	370

## Capítulo 12

<b>Os direitos subjetivos ante o estado e as normas programáticas de direitos sociais</b> .....	375
12.1. Os direitos a algo e o enunciado do art. 6º da CF/88 .....	379
12.1.1. Considerações gerais .....	379
12.1.2. Direitos a ações negativas e direitos a ações positivas .....	382
12.2. Direitos de defesa .....	384
12.2.1. Considerações gerais .....	384
12.2.2. Direito a que o Estado não dificulte a realização de uma ação de alguém .....	384

## SUMÁRIO

12.2.3. Direito à não afetação de propriedades e situações .....	386
12.2.4. Direitos à não eliminação de posições jurídicas .....	387
12.2.5. Eficácia e aplicabilidade dos direitos sociais na sua dimensão defensiva .....	389
12.3. Direitos a ações positivas .....	392
12.3.1. Considerações gerais .....	392
12.3.2. Direitos a proteção .....	396
12.3.3. Direitos a organização e procedimento .....	398
12.3.3.1. Definição e subcategorias .....	398
12.3.4. Aplicabilidade dos direitos a proteção, organização e procedimento aos direitos sociais do art. 6º da CF/88 .....	401
12.3.5. Direitos a prestações fáticas .....	422
12.3.5.1. Separação de poderes .....	438
12.3.5.2. Reserva do possível .....	445
12.3.5.3. Da atuação do Poder Judiciário .....	448
<b>Conclusão</b> .....	459
<b>Referências</b> .....	475